

FAIR TRADE: COMÉRCIO JUSTO NO AGRONEGÓCIO CAFEEIRO

R.A. Reges - 1; D.E. Livramento - 2; E.D. Estéban - 3. 1- Aluna de graduação do curso de Administração – Libertas Faculdades Integradas, 2- Eng. Agro. DSc. Prof. do curso de Administração – Libertas Faculdades Integradas, 3- Adm. MSc. Prof. do curso de Administração – Libertas Faculdades Integradas

O aumento das cobranças exigidas pela sociedade para que haja sustentabilidade em todas as atividades humanas, fez com que a procura da certificação socioambiental voltada ao processo produtivo crescesse ainda mais no decorrer dos anos. Essa pressão se reflete na agricultura no sentido de que as produções sejam ambientalmente mais equilibradas e socialmente mais justas. Os sistemas de certificações socioambientais na agricultura comprovam que a pressão dos movimentos sociais vem dando resultados, principalmente pelo fato de serem originárias dos consumidores. A certificação socioambiental passou a ser usada atualmente como uma forma de cumprimento da lei, porém, as obrigatoriedades contidas no processo de certificação se tornaram uma maneira de garantir a participação dos produtores rurais no mercado global (Pediní, 2011). Entretanto uma certificação de processo de produção que mais se diferencia das demais é a certificação para comercialização no mercado *Fair trade*, pelo fato de que somente agricultores familiares organizados em cooperativas e associações podem se ingressar neste mercado, ele também estabelece preço mínimo nos processos comerciais que é uma exigência da certificadora. O movimento *Fair trade* pode ser descrito através de várias traduções: Comércio Justo; Comércio Solidário; Comercio Ético; Comércio Ético e Solidário. O real objetivo pelo qual foi criado o Comércio Justo era o apoio aos pequenos produtores dos países em desenvolvimento, fazendo com que os mesmos conseguissem obter melhores condições para comercializar seus produtos e por meio desta favorecer sua comunidade, aumentando dessa forma, a qualidade de vida. Entretanto, o alto preço que era pago pelos produtos deste comércio, além de trazer melhorias para o produtor voltadas às condições de vidas ainda permite que uma parte da renda fosse investida na melhoria da produção. O Comércio Justo também procurou estabelecer preços mínimos para cada produto pertencente a esse movimento. Desta maneira, os produtores conseguem cobrir o custo da produção e obtém uma margem de lucro rentável do investimento que garante a estabilidade das famílias. Isso permite que uma programação possa ser feita visando à produção em longo prazo, a melhoria na qualidade dos produtos e possíveis investimentos.

O café foi o primeiro produto a ser certificado pela FLO, atualmente é um dos principais produtos certificados pelo Comércio Justo e representa 27% das certificações. O processo de certificação norteado pela FLO estabelece a normatização de acordo com o produtor a ser reconhecido, no caso do café, este segue os seguintes aspectos como pré-requisitos para a sua certificação (PEDINI, 2005):

- Produção familiar: pode ser composta por pequenos e grandes produtores desde que suas famílias dependam da produção para sobreviverem.
- Organização: obrigatoriamente os produtores devem estar organizados em formas de associações ou cooperativas, das quais recebem a certificação e não individualmente;
- Transparência: são certificados todos os seguimentos da cadeia, onde os preços e margens deveram ser claros e transparentes;
- Projetos sociais: parte do valor recebido pelos produtores deve ser dirigida para programas sociais ou projetos dentro da organização certificada.

O trabalho foi realizado com o objetivo de estudar a importância da certificação *Fair trade* dentro das organizações de cafeicultores familiares a fim de entender o seu funcionamento, as dificuldades encontradas para adquiri-la e as melhorias que a mesma pode agregar à vida das famílias de produtores. Para a realização do presente trabalho, optou-se por utilizar uma pesquisa de abordagem qualitativa, pelo fato de não ser um conjunto de procedimento que se submetem a aplicação de métodos estatísticos para alcançar os resultados esperados (Minayo, 2010). A forma de indução foi a dedutiva que é um estudo que parte das teorias e leis que possibilitam a antecipação de ocorrências e fenômenos particulares (Marconi e Lakatos, 2012).

Foi realizado uma pesquisa descritiva porque pretende-se observar, registrar, analisar e correlacionar fatos e fenômenos sem manipulá-los (Cervo, Bervian e Silva, 2007). A pesquisa foi realizada na Cooperativa de Pequenos Agricultores de Santana da Vargem – COOPASV, que está localizada em Santana da Vargem no estado de Minas Gerais. Para os fins delineados, participaram da pesquisa a Gerente Geral da COOPASV e dois produtores.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista e por meio desta foi desenvolvido um estudo de caso que é uma pesquisa sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que represente valor ao pesquisador por apresentar aspectos que contribuirão para a elaboração e finalização da pesquisa. Juntamente foi realizada uma história oral, que busca registrar e perpetuar impressões,

vivências e lembranças de indivíduos que estão dispostos a compartilhar suas memórias, permitindo que a coletividade tenha um conhecimento do vivido de uma forma mais rica e dinâmica que, de outra maneira jamais conheceriam.

Resultados e conclusões

Verificou-se que esta certificação proporciona segurança tanto para os produtores, quanto para os consumidores, pois aquele que consome café *Fair trade* paga mais caro, porém sabe que esse preço justo está indo para pessoas que merecem. Ambos sabem de onde o produto vem e para onde vai, podendo assim rastrear todo o processo já que toda a cadeia *Fair trade* é certificada.

Através da análise dos resultados observou-se que os produtores não demonstravam o processo de certificação como uma dificuldade, mais sim como uma questão de adaptação e aporte financeiro, pois a mesma exigia muita organização por parte deles.

Ainda durante a análise dos resultados, alguns dos critérios que incentivaram os produtores a fazer parte desta certificação, foram observados com o preço mínimo que é estabelecido nos processos comerciais, sendo este uma exigência da certificadora e outro fator de grande relevância é a forma como esta certificação colabora em relação ao uso dos defensivos agrícolas.

Em relação as normas exigidas, a certificação *Fair trade* trabalha atualmente com 228 normas, que variam desde a certificação da cooperativa ou associação, até o consumidor final. Dentro destas normas existem pré requisitos que variam de acordo com o produto a ser comercializado. No caso do café a cooperativa ou associação deve estar composta dentro de sua maioria por pequenos produtores. O selo pode proporcionar um valor agregado médio de 51% para pequenos produtores e 49% para grandes produtores, desde que ambos sejam dependentes das lavouras para sobreviverem.

Verificou-se também que esta certificação por estar voltada a questões sociais, ambientais e de qualidade vem crescendo muito no mercado. Outro fator que influencia neste crescimento é o preço mínimo. Dessa forma, ficou evidente que esta certificação tem grande importância na vida dos cafeicultores familiares, proporcionando vantagens voltadas à qualidade de vida, boas práticas agrícolas, à gestão rural e também para condições financeiras. Durante a análise, não foi apontada nenhuma desvantagem nesta certificação. Nesse trabalho também foi notado que a certificação tem grande influência na vida dos produtores, pois incentiva os mesmos a continuar no campo e a produzir produtos de qualidade.